

A ECONOMIA PORTUGUESA NO TEMPO DE NAPOLEÃO – CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA

ANTÓNIO ALVES CAETANO

LISBOA: TRIBUNA DA HISTÓRIA, [2008], 271, [1] p., IL., BIB., ISBN 978-972-8799-79-3.

«A economia portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e linhas de força» de António Alves Caetano, um especialista em História Económica, procura explicar a conjuntura económica portuguesa no momento das invasões francesas e da guerra peninsular, procurando entender as consequências do embargo aos portos portugueses e a «fuga» da corte portuguesa para o Brasil, em 1807. As visões apresentadas sobre a história do que aconteceu e a história «possível», ou seja, a história que seria verosímil ter ocorrido sem este cataclismo «inatural», são interessantes de sobrepôr, desenvolvendo o autor a análise das causas e dos danos deste processo histórico, tido como único e específico. Esta recensão crítica procura desconstruir a obra e o processo da sua construção, desde as fontes usadas, o método e os seus conteúdos.

As invasões francesas figuram desde sempre na História Europeia como um momento marcante. Portugal, na altura um reino mercantil com uma posição geográfica estratégica, entre o velho e o novo mundos, assumindo Lisboa a posição de sétima maior metrópole da Europa e de posto comercial fulcral no sistema de então, rapidamente se vê transformado em campo de batalha, com as finanças destruídas, e num país fragmentado e isolado. Os eventos ocorridos são percebidos por uma abundante historiografia, em que se inclui a obra em análise, como factores que moldaram o futuro de Portugal enquanto nação, ainda hoje repercutindo consequências do desenlace das invasões napoleónicas e da guerra peninsular. Para António Alves Caetano, este evento foi um subverter do natural curso da História de Portugal, se em historiografia se pode tomar qualquer dinâmica histórica como «natural».

O evento teve implicações demográficas, com drástica perda de população na metrópole, implicações económicas, com quedas enormes de capital nos cofres e nas praças portuguesas, a par de implicações sociais, e da afirmação dos novos ideais do liberalismo. Implicações financeiras, com o aumento do défice e as quebras na balança do comércio, um alegado descrédito de Portugal como nação, no domínio político, com a correspondente perda de influências a nível europeu são outras tantas consequências apontadas pelo autor.

Esta obra de António Alves Caetano é uma colectânea de vários ensaios e comunicações apresentadas a congressos de História Económica e Social, nomeadamente nos da APHES, sobre a economia de Portugal durante este período conturbado da história, focando diferentes aspectos, na tentativa de evidenciar os elementos constantes e as linhas de força da conjuntura, sempre apoiado em fontes pertinentes. Documentação do Erário Régio, «livros-mestre», marco dos navios, balanças gerais de comércio e documentos diplomáticos encontram-se listados, entre outros, relevantes. Essas fontes são identificadas e a sua escolha explicada pelo autor, através de um ensaio de crítica de fontes, tornando-se assim um excelente ponto de partida para alguém que decida investigar sobre esta temática.

A originalidade da obra, porventura discutível, é a de saber o que seria de Portugal sem este evento que o arrastou para a crise, sem margem de manobra. O *educated guess* que António Alves Caetano tenta desenvolver no último capítulo desta obra é uma das partes mais interessante do livro. É indispensável lê-la na íntegra, todavia, para se entenderem as causas que levaram Portugal ao ponto a que

chegou, focando-se o autor na história económica e financeira do país, levando-nos pelos meandros da vida administrativa do reino português e das suas balanças de comércio.

Trabalhando com valores e indicadores estatísticos de antes, durante e depois da guerra peninsular, a obra analisa os bloqueios aos portos do Norte da Europa e de Portugal e a «fuga» da corte para o Brasil, facto que acelerou a sua independência, tornando em simultâneo Portugal num «protectorado» inglês, cada vez mais fragilizado financeiramente. Tratando-se de uma obra criada sobre o modelo referenciador da História Económica, foca-se em dados predominantemente quantitativos para demonstrar as consequências dos eventos estudados. Usa fontes seriais para analisar padrões económicos, e uma metodologia estatística para concluir acerca dos danos que estes eventos provocaram no frágil tecido económico português deste período.

Ocorre, porém, que por vezes temos a impressão que estamos a ser bombardeados com dados estatísticos que necessitariam de uma mais aprofundada análise qualitativa para uma mais concreta percepção das tendências que evidenciam. Em História, mesmo em História económica, os dados quantitativos por si só não representam tudo, necessitando de ser contextualizados e comparados, e a sua informação cruzada para melhor se entender a conjuntura. Para isso, o cotejo desta obra com as mais clássicas de Emmanuel Wallerstein¹, Jorge Borges de Macedo², Jorge Miguel Pedreira³, António Pedro Vicente⁴ e com as mais recentes

de José Luís Cardoso⁵, Domingos Vandelli⁶ ou Miguel Alexandre Dantas da Cruz⁷, autores que aprofundam algumas destas questões, torna-se imprescindível para criar uma visão mais completa desde quadro histórico.

Em termos de conteúdo, a comunicação «A guerra peninsular e a economia portuguesa» realizada em 2007 no *Congresso Internacional e Interdisciplinar sobre a Guerra Peninsular* procura introduzir o leitor na situação das finanças portuguesas entre 1796 e 1820, apontando para a mudança nos padrões económicos do país e das tendências da sua exportação e importação, dando a entender as consequências nefastas do bloqueio continental, da guerra peninsular e da queda do sistema económico do império português. No ensaio «O comércio da Ásia e as invasões francesas», publicado na *Revista de História Económica e Social* em 2001, não se encontra muita relevância de conteúdos. O capítulo explica para onde se dirige o fluxo de comércio português após a conjuntura de instabilidade política e militar. A sua teoria é a de que, estando o Brasil aberto ao comércio inglês, que predava os comerciantes portugueses, estes tiveram que procurar outras vias de comércio. Foi, segundo o autor, uma tentativa falhada por parte desses comerciantes que desde há muito se haviam habituado ao mercado reservado que obtinham no Brasil, descurando o resto do comércio continental e mesmo ultramarino. Esta tendência secular do modo de fazer comércio é depois demonstrada pela dificuldade sentida pelos comerciantes portugueses em se adaptarem à concorrência vivida no comércio mundial.

A comunicação «As finanças públicas portuguesas antes da revolução de 1820»,

1 WALLERSTEIN, Emmanuel (1994) – *O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 2.

2 MACEDO, Jorge Borges de (1990) – *O Bloqueio Continental: a economia e guerra peninsular*. Lisboa: Gradiva.

3 PEDREIRA, Jorge Miguel (1987) – *Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825): uma perspectiva estrutural*. «Análise Social», vol. XXIII (97), p. 563-596.

4 VICENTE, António Pedro (2006) – *Guerra Peninsular: 1801-1814*. Matosinhos: QuidNovi.

5 CARDOSO, José Luís (2001) – *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro 1790-1822*. Lisboa: CNECDP

6 VANDELLI, Domingos (1992) – *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*. (introd./ed. José Vicente Serrão). Lisboa: Banco de Portugal.

7 CRUZ, Miguel Alexandre Dantas da (2008) – *Portugal perante o sistema internacional dos finais do século XVIII – 1792-1807*. Lisboa: ISCTE. Tese de mestrado.

realizada em 2006 para o *XXVI Encontro Anual da APHES* clarifica a questão da estadia prolongada da corte no Brasil mesmo após o final da guerra e do bloqueio dos portos. Esta estadia suga os rendimentos do Estado para o Brasil, mas também as elites e as frotas mercantes. Foi este aumentar de dívidas e «má administração» por parte dos poderes portugueses que olhavam o continente a partir do Brasil, sem pensar nas consequências desse prolongado sistema administrativo, que leva à revolução de 1820, à independência do Brasil, ao atraso da industrialização portuguesa e à dependência excessiva do império britânico. Tudo leituras dominantes no seio de uma historiografia clássica portuguesa. A comunicação «Portugal na periferia dos impérios», realizada em 2007 para o *XXVII Encontro Anual da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, conclui o que já começamos a entender com as outras comunicações lidas nesta obra: a política entre impérios mostra Portugal como uma nação periférica, um «protectorado» britânico e, depois da «fuga» da corte para o Brasil, uma «colónia brasileira». Foi vista durante as invasões napoleónicas como uma nação anexa à Inglaterra e como um peão numa guerra à qual não pôde fazer frente sem aprofundar cada vez mais a sua dependência inglesa.

O último estudo deste trabalho de António Alves Caetano é o mais interessante, por ser uma conclusão sobre o impacto dos acontecimentos. O *educated guess* é então aqui explorado na comunicação «contra factual da economia portuguesa após o bloqueio de como as cousas teriam sido diferentes se não houvera Napoleão». Realizada em 2005 para o *XXV*

Encontro Anual da APHES, este último capítulo tenta explorar o que seria a evolução possível da economia portuguesa se esta não tivesse vivido o bloqueio e a invasão militar francesa, usando os livros da balança geral de comércio para criar um cenário «virtual». A verdade é que o progresso económico português, antes da influência inglesa e do fracasso da força militar para aguentar uma guerra declarada, parecia estar a acontecer. Na segunda metade do século XVIII, num período de estabilidade das finanças portuguesas, há até uma ligeira subida das exportações, as classes mercantis portuguesas floresciam desde a criação da Junta do Comércio, em 1755, e com a subordinação da Mesa do Bem Comum dos Mercadores à nova criação do reinado de D. José, mas também com a criação dos estatutos de mercadores de retalho, em 1757, e a instituição da Aula de Comércio, em 1759. Todas estas medidas conseguiram dar um ímpeto forte ao grupo mercantil português no sistema de trocas comerciais mundial, institucionalizando e profissionalizando a classe mercantil, mesmo se viciada na facilidade do exclusivo do comércio do Brasil. Como qualquer tipo de suposição ou de história prospectiva, esta tem que estar subordinada a um modelo empírico de investigação muito específico e controlado. Neste caso, o autor decidiu usar os dados estatísticos encontrados para criar estimativas de como seria a continuação das linhas de tendência sem os eventos de facto ocorridos, para isso assentando na análise da interdependência económica dos vários sectores de actividade. O que o autor faz, embora apelativo, é irreal e discutível, do ponto de vista historiográfico.

DANNY RANGEL
(CITCEM)